

EX.^{MO} SENHOR MINISTRO DA AGRICULTURA E PISCAS

Montemor-O-Velho, 6 de Julho de 1975

No dia 6 de Julho de 1975, por iniciativa da Comissão Pró-Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-O-Velho realizou-se na sede deste concelho um ENCONTRO DE AGRICULTORES DO BAIXO MONDEGO para discussão da LEI DE ARRENDAMENTO RURAL tendo sido aprovadas as seguintes conclusões:

1. O Governo ao fixar anualmente os valores máximos das rendas deverá ter em conta que o aumento de produtividade consequente à elevação do nível técnico ou tecnológico das explorações deve sempre reverter em benefício de quem trabalha a terra.

2. O I.R.A. deverá promover os necessários contactos com o Ministério da Justiça no sentido de dar cumprimento ao Nº 5 do Artº 27º da LEI DO ARRENDAMENTO RURAL e ainda no sentido de reorganizar os Serviços de Assistência Judiciária de modo que os rendeiros possam sem despesas em advogados, recorrer aos serviços de Justiça necessários ao cumprimento da lei.

3. O Governo deve promulgar legislação que facilite a constituição de servidões de passagem de águas destinadas a fins agrícolas, e, em especial, no Baixo Mondego, tomar medidas imediatas no sentido de acabar com a exploração dos vendedores de águas públicas.

4. A Assembleia dá o seu voto de concordância aos valores máximos das rendas fixadas para as culturas de arroz e milho de regadio e de sequeiro. As rendas das restantes culturas não foram discutidas por falta de tempo.

A COMISSÃO PRÓ-LIGA DE PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES
DE
MONTEMOR-O-VELHO